

Brasília-DF, 19 de setembro de 2005.

Comando Nacional de Greve: Paulo Henrique, Ricardo, Marquito, Agnaldo, Maria Ângela, Almiram, Mariani, Marcelo, Luiz Antônio, Vânia e Léia (DN), Soares e Evaldo (SINTUFPA), Crizolda (SINTESAM), Eudes e Joselito (SINTUFCE), Jobel, Dinoel, José de Deus e Luisão (ASSUFBA), Amorim e Acácio (SINTUFEPE-Rural), Carlos Alberto e Joseilton (SINTUFS), Geralda, João Miguel, Mafaldo, Amilton (SINTESPB), Ferraz e Assunção (SINTUF/MT), Luis Carlos, Guedes, Chiconá (SINTFUB), Eduardo, Lucimar e Fátima (SINT-UFG), Pedro, Rogério, Hélio e Valdelir (SINTUFF), Luciano, Eliane e Lelo (SINTUFRJ), Moura (SINTUR-RJ), Vânia (SINTUFSCAR), Edilson (SINDUFLA), Júlio, Luiz e Christina (ASAV), Adão (SIND-ASSUFOP), Silnando, Sirle e Wilson (SINTET-UFU), Ana Paula, Paulo e Marilisa (SINTUFES), Emanuel e Juari (SINTUFEJUF), Sinéa (SINT-MED), Paulão (ASSUNIRIO), Assis, Ivalter e Terezinha (SINTUFSC), Darci e Edimar (ASUFPEL), Rosane e Neide (ASSUFRGS), Carlão (ASSUFMS).

Observadores: Kátia (SINTUFEPE-Federal) Tales (SINDUFLA), Vanilde (SINTUFSCAR) Maria do Socorro e Cortes (SINTFUB). **GT Carreira/Assessoria:** Vânia (DN), Cenira, Marcelo e Loiva.

INFORMES NACIONAIS**NO 34º DIA DE GREVE DA FASUBRA SINDICAL****Estamos com 38 entidades em greve!****> EIXO ESPECÍFICO:****I - Garantia de recursos orçamentários no orçamento de 2006 para:**

a) Implantação da 2ª etapa da carreira:

- Níveis de capacitação;
- Incentivo de Qualificação.

b) Racionalização dos Cargos

II - Resolução imediata do VBC (Vencimento Básico Complementar)**III - Atendimento da Pauta específica de reivindicações protocolada no MEC no tocante aos benefícios:**

- Auxílio à Saúde;
- Reajuste do Vale Alimentação;
- Parcelamento do desconto de adiantamento de férias, no mínimo, em 6 vezes e demais itens da pauta.

PAUTA ESPECÍFICA DE REIVINDICAÇÕES (protocolada no MEC em 05.07.05)**I - Carreira**

1. Estabelecimento do piso histórico de 3 salários mínimos e *step* de 5 %;
2. Resolução dos Vencimentos Básicos Complementares - VBC;
3. Garantia da implantação da 2ª etapa da Carreira: Incentivo de Qualificação e Níveis de Capacitação;
4. Negociação do resultado dos trabalhos de Racionalização dos Cargos (em anexo);
5. Aplicação de, no mínimo, 1% (hum por cento) da folha de pagamento na Capacitação dos Profissionais da Universidade;
6. Suspensão imediata do processo de terceirização e de contratação temporária em curso e a instalação de mesa de discussão sobre o tema;
7. Adoção do regime de trabalho de 30 horas semanais, sem redução salarial, agregado ao funcionamento em turnos, garantindo a ampliação dos nossos serviços e uma maior satisfação dos nossos usuários.

II - Pauta Financeira

1. Uniformização da concessão dos auxílios pré-escolar e alimentação com unificação dos valores com os demais poderes da União;
2. Repasse imediato dos recursos financeiros correspondentes aos precatórios, corrigidos até a data do efetivo pagamento, bem como do passivo trabalhista;
3. Extensão a todos servidores das ações já transitadas em julgado como um dos passos para recomposição da isonomia salarial entre os trabalhadores das IFES;
4. Integralização do pagamento dos 28,86% para os trabalhadores que não estão recebendo através de acordo;
5. Parcelamento do adiantamento das férias, em, no mínimo, 6 vezes.

III - Concurso Público

1. Liberação de vagas de técnico-administrativo para concurso público, com vistas à reposição da força de trabalho nas IFES;

IV - Políticas para os Trabalhadores Aposentados(as) das Universidades

1. Manutenção do pagamento dos aposentados vinculados à folha geral de pagamento do pessoal das Universidades;
2. Manutenção do tratamento isonômico e paritário;
3. Extensão de todos os direitos e benefícios, como por exemplo o auxílio alimentação aos aposentados e pensionistas e aos servidores em licença remunerada, conforme garantia constitucional.

V - Em Defesa da Universidade Pública (em anexo o CD-room com o Projeto de Universidade Cidadã para os Trabalhadores)

1. Liberação das IFES das amarras impostas pela centralização das decisões sobre recursos humanos no MPOG.
2. Ampliação dos cursos noturnos em todas as áreas de conhecimento;
3. Compromisso, do MEC, em submeter à discussão com os Reitores e as entidades representativas da comunidade, qualquer projeto de alteração da legislação que se relacione com a autonomia ou seu exercício;
4. Reivindicamos a retomada da Agenda Autonomia envolvendo o MEC, os Reitores e as entidades representativas da comunidade universitária (FASUBRA-Sindical, SINSASEFE, ANDES-SN, UNE e CONTEE).

VI - Orçamento das IFES

1. Garantia de manutenção do sistema de Outros Custeios de Capital (OCC) e orçamento de pessoal das IFES, sem contingenciamento das verbas;
2. Estabelecimento de discussões visando gerar as condições para a ampliação das vagas nos cursos regulares de ensino das IFES, bem como ampliação das IFES do Sistema Federal de Educação Superior.

VII - Hospitais Universitários

1. Imediato restabelecimento das condições sanitárias e de trabalho dos HU's;
2. Instalação, imediata, de uma Mesa Temática para tratar dos diversos aspectos relacionados com os HU's;
3. Permanência da vinculação direta dos HU's do ponto de vista acadêmico, administrativo e orçamentário às Universidades;
4. Aplicação imediata do Decreto 4836/03. Informar o quantitativo de egressos nos HU's de 2002 a 2005.

VIII - PNE

1. Reivindicamos a instalação imediata de uma agenda de discussão sobre o tema.

IX - DIREITOS SINDICAIS

1. Garantia da liberação sindical sem ônus para as entidades.

DELIBERAÇÃO DO COMANDO NACIONAL DE GREVE

A CONJUNTURA NACIONAL E A GREVE DA FASUBRA

A **FASUBRA** – entidade representativa dos trabalhadores técnico-administrativos em educação das Universidades Brasileiras – neste momento de crise política, que pode evoluir para uma crise institucional deve manifesta-se publicamente com relação às denúncias de corrupção dentro do Governo Lula, bem como o envolvimento do Congresso Nacional no suposto esquema do "mensalão".

A **Fasubra** repudia qualquer ato de corrupção, seja ele qual for, seja pequeno ou grande, seja cometido por uma autoridade de alto escalão ou por um servidor, ou ainda por qualquer cidadão. A Federação exige uma ampla apuração, um combate sem trégua à corrupção e a punição de possíveis culpados.

A corrupção é um elemento constituinte do Estado Burguês. Ao contrário do que alguns pensam, a relação entre o bem público e o privado, na formação dos Estados Modernos, sempre constituiu um caminho de favorecimento de mão dupla.

O Estado Brasileiro se constituiu republicano não por tradição liberal, mas por tradição positivista. Isto deu aspectos autoritários e ditatoriais ao Estado, que vem até os nossos dias. Fomos criados, assim como nossos avós, em uma sequência de ditaduras, ora militar, ora civil. Este Estado trouxe consigo o patrimonialismo, a idéia de que o Estado é patrimônio do governante e, portanto, pode administrá-lo da mesma forma que administra os seus próprios bens. A corrupção está justamente nesta relação patrimonial entre o "servidor" e/ou o governante de plantão com a coisa pública.

A esquerda deve combater a corrupção sem trégua quando se encontra à frente de qualquer um dos poderes da república, seja o Executivo, o Legislativo ou o Judiciário. Para nossa classe este combate reveste-se de caráter estratégico. Democratizar o Estado é torná-lo transparente e participativo, por um lado, e torná-lo acessível ao povo, propiciando maior capacidade de denúncia em relação à sua natureza burguesa, por outro.

Lula chegou ao comando do Poder Executivo com sustentação social nas organizações da classe trabalhadora, embora a então candidatura Lula tenha feito uma inflexão à direita com a "Carta ao Povo Brasileiro", compromisso assumido com os mercados. A partir desta opção, Lula vem governando com uma ampla aliança conservadora dentro do Congresso Nacional, negando o Programa Democrático e Popular construído pela esquerda brasileira. Esta opção vem impossibilitando a construção de uma nova hegemonia social e incapacitando o Estado Brasileiro de atender às demandas do povo. A opção conservadora do Governo Lula paralisou a esquerda no país e rompeu com sua base social, colocando em cheque um patrimônio político, residente nos corações e nas mentes de milhões de trabalhadores, construído nos últimos 25 anos.

Lula optou por buscar a governabilidade junto aos setores conservadores do Congresso Nacional. Fez alianças com os Partidos conservadores, responsáveis justamente pela caracterização patrimonialista do Estado Brasileiro. O que é o Deputado Roberto Jeferson se não a encarnação viva da política "é dando que se recebe". O que é o PP, PL, PTB e PMDB, se não aqueles que sustentaram o Governo Collor e os dois mandados de FHC. Ambos crivados de corrupção. Lembremos do caso do Ministro Sérgio Motta que foi denunciado por dirigir um esquema de pagamentos à deputados em troca de votos para a emenda constitucional que dava à FHC o direito à reeleição?

A corrupção deve ser combatida e extirpada, independente de quem esteja no Governo. A corrupção só será superada em uma sociedade de natureza operária, democrática, participativa e transparente, ou seja, uma sociedade socialista.

As práticas corruptas estão incrustadas no estado brasileiro desde sempre. O Governo Lula tomou algumas medidas para desmantelá-las. No entanto as recentes denúncias demonstraram que estas iniciativas foram insuficientes. Há fortes evidências de práticas escusas de membros do primeiro escalão. Devemos pressionar, exigindo a imediata demissão e/ou afastamento de todos que estão arrolados no processo de denúncias.

Apoiamos, e exigimos, o completo esclarecimento das denúncias de corrupção de deputados no Congresso Nacional. Acima de tudo, lutaremos pela punição daqueles que forem considerados culpados.

Nesse momento, a burguesia mais reacionária tenta realizar tarefas combinadamente conjunturais e estratégicas, capacitando-se a voltar ao governo em 2006, mas também desacreditar e destruir a esquerda brasileira. Este é um importante aspecto da conjuntura. Independente na opinião desta ou daquela corrente política em relação ao Governo Lula e em relação ao Partido dos Trabalhadores, o patrimônio que diz à consciência da classe trabalhadora de que a esquerda é uma alternativa de poder aqui e agora, está orbitando em torno destas duas referências. Por esta razão é que achamos tão nefasta e perniciosa a orientação neoliberal na política econômica do Governo Lula. Esta orientação só faz destruir este patrimônio e desconstituir a esquerda brasileira.

Conclamamos uma ampla mobilização dos trabalhadores no sentido de garantir o atendimento das pautas de reivindicações, alterar a distribuição de renda para melhorar a vida de nosso povo, forçar o governo a mudar suas políticas econômicas, ditadas pelo FMI e pelos organismos multilaterais.

O MOMENTO DE NOSSA GREVE

Ao completarmos 31 dias de Greve, a FASUBRA consolida um grande movimento nacional, com 39 Universidades já paradas.

Quanto a interrupção do processo negocial, cabe destacar o contexto em que ocorreu esta Mesa do dia 02 de agosto/2005, com mudança do Ministro da Educação e substituição dos interlocutores na Mesa de Negociação Específica. O resultado desta Mesa Oficial trouxe uma posição verbal do Governo, através do Diretor de RH Sílvia Petrus, contradizendo o documento oficial do MEC entregue a FASUBRA em 07 de julho. Sílvia Petrus afirmou que não estavam garantidos os recursos para a 2ª etapa do enquadramento, divergindo do que havia sido informado pelo MEC anteriormente. Embora uma parte da categoria já apontava a necessidade da greve por entender que não existia um processo negocial, a posição do MEC, embora contraditória, provocou uma insegurança no processo negocial em curso o que motivou aprovação do Indicativo com a conseqüente deflagração da Greve em 17 de agosto.

Quem rompeu a Mesa:

Se falhas táticas ocorreram no trâmite no processo, não há como não reconhecer que o rompimento deu-se em função da inconsistência no desenvolvimento da mesa, acrescida pelo fato de colocar como interlocutor representantes que demonstraram total desconhecimento da mesa anterior, ou

informaram um fato verídico que preocupava o MEC, qual seja a falta de garantia dos recursos pela área econômica já informados anteriormente. **A posição do interlocutor do MEC na Mesa do dia 02 de agosto desautorizou a posição formalizada anteriormente pelo MEC.**

A posição do MEC naquela audiência demonstrou que era o momento de disputarmos o que fora acordado na Greve anterior e que estava sob ameaça. O resultado da maioria das assembleias indicou a construção de uma greve com eixo específico:

I - Garantia de recursos orçamentários no orçamento de 2006 para:

a) Implantação da 2ª etapa da carreira

- Níveis de capacitação

- Incentivo de Qualificação

b) Racionalização dos Cargos

II - Resolução imediata do VBC (Vencimento Básico Complementar)

III - Atendimento da Pauta específica de reivindicações protocolada no MEC no tocante aos benefícios:

- Auxílio à Saúde;

- Reajuste do Vale Alimentação;

- Parcelamento do desconto de adiantamento de férias, no mínimo, em 6 vezes das férias e demais pontos de pauta.

O CNG entende que a Greve vem cumprindo um papel fundamental, obrigando o MEC a recuar da posição apresentada na Mesa do dia 02 de agosto, afirmando a manutenção do processo negocial e a garantia dos recursos para 2006.

Com a posição do Governo de não negociar em Greve, exigindo que retornássemos ao trabalho, o CNG buscou apoio dos parlamentares e ANDIFES buscando a intermediação para superar o impasse. Esta iniciativa política cumpriu um papel importante, pois tivemos a reunião de 31 de agosto com o MEC reafirmando a posição do 1º documento, onde estava explícito a proposta inicial. No entanto, o MEC nesta reunião reafirmou a sua posição de não negociar em Greve.

A participação e apoio de parlamentares e ANDIFES é um elemento diferencial e qualitativo no processo de construção de reabertura de negociação que reforça e testemunha este momento de nossa Greve, pelo peso político que representam.

Após a reunião com o Governo no dia 31 de agosto, o CNG realizou um intenso debate encaminhando para avaliação das Assembleias de Base, duas posições distintas: Uma afirmava que diante da reafirmação do Governo das propostas apresentadas anteriormente entendeu que a Greve havia atingido seu objetivo imediato, o eixo central da Greve foi alcançado, com a garantia formal dos recursos orçamentários e negociação dos demais itens da pauta, como Racionalização dos Cargos, Auxílio Saúde, Auxílio Alimentação, dentro do Calendário acordado inicialmente. Diante desta compreensão indicou a Suspensão do Movimento, por tempo determinado com possibilidade de retorno se o Governo não cumprisse o compromisso acordado na 1ª mesa. Outra posição era continuarmos a Greve pressionando para o Governo negociar e responder a pauta com seus respectivos desdobramentos. Este debate nos tomou mais de uma semana e finalmente a categoria se definiu, por ampla maioria, por continuar a Greve.

O CNG, retoma, então, a iniciativa política e intensifica suas ações junto ao Congresso Nacional, junto a ANDIFES, Recepção aos parlamentares no Aeroporto, participação na Audiência Pública na Comissão de Educação, com a presença do Ministro da Educação, com o objetivo de esclarecer e explicitar os motivos que levaram a categoria a deflagrar o processo de Greve.

O governo não tem como negar que nossas reivindicações são justas. O CNG, mesmo com o entendimento, de que os R\$ 320 milhões estão previstos no Orçamento, o que resolveria a segunda etapa do enquadramento no que toca a Progressão por mudança de Nível de Capacitação e Incentivos à Qualificação, e atende ao alínea "a" do 1º item do eixo de nossa Greve é preciso também avançar nos pontos de pauta:

- como a racionalização dos cargos, no Grupo de Trabalho já instituído, com cronograma de implantação;
- imediata resolução do VBC, que poderá partir do patamar da sua "não absorção" proposta pelo governo, em caráter temporário, a partir da Mesa para negociar a mudança na estrutura da Tabela, após consulta as bases, lembrando que nossa tática de mesa passa pela piso de 3 salários e 5% de step.
- Isto sem esquecer as políticas de benefícios.

É MOMENTO DE FORTALECER A GREVE

Nesta nova fase do movimento, quando o Governo retira as propostas até então apresentadas, através do ofício nº 599 de 15 de setembro de 2005 "Diante da manutenção da Greve, um direito de todos os trabalhadores, MEC não vê outra alternativa a não ser a retirada das propostas até então

apresentadas." Nosso movimento deve ser fortalecido com a unidade que sempre foi a marca de nossa federação, mesmo nos momentos mais adversos da conjuntura, sempre se pautando no investimento das negociações, conduzindo com responsabilidade e equilíbrio a direção do movimento.

A avaliação dos cenários da Greve deve fazer parte cotidiana de nossas avaliações e decisões sobre os rumos da Luta. Movimentos táticos exigem uma postura corajosa e responsável que deve indicar o caminho para a Base que possibilite as condições concretas para a conquista dos objetivos da categoria.

Ressaltamos, neste contexto, a importância dos parlamentares que se envolveram na busca do processo de negociação, em especial as deputadas Fátima Bezerra, Alice Portugal, Iara Bernardi e os deputados Wasny de Roure e Gilmar Machado.

Neste sentido o CNG em reunião no dia 18 de setembro de 2005, analisando o documento nº 599 enviado pelo Governo em 15 de setembro de 2005 e, **considerando** que:

01. A FASUBRA não questionou o prazo apresentado pelo governo, por entender que as discussões do conteúdo da pauta não sofreriam nenhum prejuízo no prazo apresentado, conforme **IG2005 AGO-06**;

02. estão sendo cumpridos, através da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira, instituída pela Lei 11.091, os seus desdobramentos desde a sua aprovação no tocante a:

- Abertura de novo prazo para opção pelo Plano de Carreira
- Definição de Diretrizes de Desenvolvimento de Pessoal
- Portaria 2562 de 21 de julho – CIS – conforme solicitação da FASUBRA.
- Constituição de Grupo de Trabalho para desenvolver o trabalho de Racionalização dos Cargos
- Portaria 2520 de 15 de julho – Constituição de um Grupo de discussão do processo de Terceirização, para que, até janeiro de 2006, sejam ultimados os trabalhos de acordo com a Lei da Carreira, composta por 05 representantes da FASUBRA, 3 do SINASEFE, 2 da ANDIFES, 2 CONCEFET e 2 do MEC.
- Encaminhamento ao MOPG de proposta de correção na Lei 11.091, de distorções com relação a alguns cargos

03. o Governo apresentou proposta com relação ao VBC, conforme documento do CNG, contido no **IG2005-AGO-06** em que cita: "O documento apresentado, no dia de hoje, traz um elemento concreto com relação ao tema, neste momento da greve, quando formaliza uma proposta de possível resolução do VBC, que consiste na "não absorção do VBC na tabela de janeiro de 2006", conforme item 3 do documento do MEC, ofício 517, enviado ao CNG em 23 de agosto de 2005;

04. o CNG entende que "o MEC, na figura do Secretário, garantiu que a *não absorção do VBC* é proposta de Governo" **IG2005 AGO 12**;

05. o Governo cumpriu com seu compromisso, assumido na Greve de 2004, de incluir no Orçamento da União, recursos suficientes para implantação da 1ª etapa do enquadramento na Carreira em março de 2005 e a 2ª tabela – 3,6% para janeiro de 2006, conforme a Lei 11.091

06. estão incluídos na Lei de Orçamento Anual LOA/2006 os recursos para a 2ª etapa do enquadramento na Carreira, na ordem de R\$ 320 milhões; **IG 2005 SET 10**;

07. A partir da fala do Dep. Gilmar Machado, Relator da LDO e Vice-Líder do Governo, verificou-se que está previsto no Orçamento de 2006, recursos destinados a segunda etapa do enquadramento, o que comprova o compromisso expresso pelo documento enviado ao CNG em 23 de agosto, conforme segue: "reafirmamos todas as propostas anteriormente encaminhadas por escrito as entidades constantes nos ofícios dos dias 08 de julho de 2005 e 16 de agosto de 2005, onde são apresentadas as propostas e ponderações relativas às finalizações da implantação da Carreira, que consiste na efetivação do enquadramento por capacitação e aplicação do incentivo a qualificação a partir de janeiro de 2006. Para tanto, se faz necessário o cumprimento do prazo legal, para que as Comissões de Enquadramento finalizem seus trabalhos e que possam ser efetivados os cálculos dos recursos necessários. Nos cálculos preliminares estimamos que o impacto orçamentário deve ficar entre R\$ 250 a 320 milhões por ano." **IG2005 SET 10**;

08. a inclusão no Orçamento de 2006 deste recurso atende a alínea **a** do 1º item do eixo de nossa Greve – **IG2005 SET 10**; Com relação a 2ª etapa do enquadramento.

09. a necessidade da retomada de negociações que estavam em curso, recolocando na Mesa as propostas apresentadas nos ofícios nº 392 de 07 de julho de 2005 e 517 de 23 de agosto de 2005, onde "...*estimativas iniciais prevêem um impacto de 100 milhões de reais de ano*". Os valores foram confirmadas pelo Secretário Executivo Jairo Jorge, na reunião do dia 31 de agosto com o CNG como proposta de governo.

10. a necessidade de resposta por parte do Governo sobre os itens da pauta que ainda não constam nos documentos apresentados pelo Governo até o presente momento.

11. o CNG reafirma sua disposição para negociar, não entende que rompeu qualquer processo com o MEC, muito menos desconsiderou este ou qualquer outro Ministério como interlocutor do Governo.

DELIBERA

01. Manter e fortalecer a Greve;
02. Manter a mobilização e contato com os parlamentares nos estados e em Brasília, em especial com aqueles que compõem a Comissão de Orçamento
03. Encaminhar documento a ANDIFES e Bancada de Parlamentares expondo a posição do CNG e solicitar apoio e intermediação para audiência com o MEC, visando a negociação.
04. Construir Atividades junto as Reitorias para garantir que não haja repressão ao movimento.
05. Solicitar as entidades de base que realizem levantamento junto a Administração, do quadro de trabalhadores com vínculo empregatício precarizado (terceirizados, fundações, cooperativas etc...)
06. Construir Atividades conjuntas com docentes, estudantes e demais categorias em luta, onde for possível.
07. Solicitar que a Mesa tenha como patamar inicial para negociação a proposta contida no ofícios MEC de nºs 392 e 517/2005, bem como estabelecimento de Mesa de Negociação para os outros itens da pauta específica de reivindicação da FASUBRA, protocolada no MEC em 05 de julho de 2005, com construção de uma Agenda e Cronograma de Negociação
08. Reafirmar o MEC, ou qualquer outro Ministério do Governo, como o interlocutor credenciado pelo movimento, nos processos de negociação com a FASUBRA ao longo de sua história.

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

SETEMBRO	
29 e 30	Seminário de Aposentados - Auditório 2 Candangos, UnB - BSB
30	Dia Nacional do Aposentado
OUTUBRO	
15 a 17	Conferência Nacional de Ensino Superior - BSB
17 a 21	Seminário Nacional de Segurança Patrimonial
NOVEMBRO	
A definir	XIX CONFASUBRA
22	Marcha Zumbi + 10 - BSB